



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo



ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS: A PRECARIZAÇÃO E OS DESAFIOS DE UMA PRÁTICA HETEROGÊNEA

Gabriela Gomes Makewitz¹
Alice Raquel Sander²
Dinora Tereza Zucchetti³

Resumo: O número de jovens e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa obteve grande aumento ao longo dos últimos anos. Ao encontro disso, o cenário brasileiro de desigualdade social preocupa, ao passo que impacta diretamente as diferentes esferas educacionais. A juventude na contemporaneidade expressa de forma urgente a necessidade de um olhar atento através de políticas públicas, programas, projetos e ações governamentais de proteção e de investimento no seu desenvolvimento integral. A partir disso, buscou-se compreender os desafios enfrentados por uma Unidade de Atendimento Socioeducativo da região metropolitana de Porto Alegre na manutenção e criação de projetos educativos não escolares, bem como a relação destes com as políticas públicas. A pesquisa em questão, recorte de um Trabalho de Conclusão de Curso, se caracteriza pela abordagem qualitativa. A coleta de dados se deu através de entrevistas semiestruturadas com agentes socioeducadores, revisão documental das diretrizes institucionais e visita de campo. Para o processo de análise das informações coletadas, utilizou-se a metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin (2006), perpassando as etapas: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento e interpretação das informações coletadas. Os resultados da pesquisa apontaram que a falta de políticas públicas eficazes é um aspecto inviabilizador de uma prática educativa heterogênea voltada para a formação e desenvolvimento integral do sujeito. Segundo os dados coletados na revisão da literatura, o sistema socioeducativo é o menos priorizado desde a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em 1990. A insuficiência de recursos, materiais e profissionais foram pontos mencionados pelos entrevistados como desafios enfrentados na hora do planejamento e execução de projetos e propostas pedagógicas. Quanto à infraestrutura, sua situação precária é a mesma por todo Brasil, falta de acesso à saúde, ao esporte, ao lazer são recorrentes na mesma medida em que dormitórios e banheiros são totalmente insalubres. Nesta perspectiva, entendeu-se que a falta de investimento e de políticas públicas a favor dos centros de atendimento socioeducativo demonstram o estigma acerca do jovem em conflito com a lei como sujeito sem direitos e não merecedor de uma política de proteção efetiva. Com isso, se

¹ Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade Feevale. E-mail: gabrielagomesdias99@gmail.com

² Acadêmica de Direito, Universidade Feevale. E-mail: alicersander@gmail.com

³ Doutora em Educação pela UFRGS, Universidade Feevale. E-mail: dinora@feevale.br



III Seminário Internacional de História e Educação: Democracia e Cidadania em Tempos de Neoconservadorismo

CEEINTER
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

faz necessária a reflexão e vigilância no que se refere ao planejamento, a criação e avaliação de políticas públicas para o atendimento socioeducativo de jovens e adolescentes em conflito com a lei.

Palavras-chave: Socioeducação; Políticas Públicas; Jovens Adolescentes.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Panorama de execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2019. E-book. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2019/programas-socioeducativos_nos-estados-brasileiros.pdf> . Acesso em: 09 mai. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **O desafio da ressocialização**. 11. out. 2021. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/150978-artigo-o-desafio-da-ressocializa%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em: 09 mai. 2023.

PEIXOTO, Roberto Bassan. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo como mecanismo de regulamentação da punição. **Conhecer**: Debate entre o Público e o Privado, Fortaleza, v. 11, n. 27, p. 134-149, 2021. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/7155/6085>> . Acesso em: 09 mai. 2023.

RIO GRANDE DO SUL (RS). Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social. **Programa de Execução de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Rio Grande do Sul (PEMSEIS)**. Porto Alegre: Fundação de Atendimento Socioeducativo, 2010. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/minuta_pemseis_2010.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2023.